



Fabiana Carvalho Lima

**A Educação Física na Educação Infantil: um
estudo de caso na cidade Casa Branca / SP**

Monografia apresentada como
requisito parcial para conclusão do
curso de Licenciatura em Educação
Física

Orientador: Prof. Dr. Ademir de Marco

Faculdade de Educação Física-UNICAMP

**Campinas
2002**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretária de Educação de Casa Branca, Aida Saran, pela autorização do estudo das EMEIs; às diretoras Rosângela e Marili das escolas "Ganymedes José" e "Prof. Stella Stefanini Bacci", respectivamente, pela colaboração e atenção e a todas às professoras que me ajudaram a realizar este trabalho.

A todos meus mestres, por iluminarem minha vida acadêmica, em especial ao professor Dr. Ademir de Marco, por me guiar aos conhecimentos necessários para a realização desse trabalho.

Aos meus pais, que não pouparam esforços para me manter na faculdade.

Em especial à pessoa que mais amo, minha filha Ianha, peço desculpas pelos quatro anos os quais me ausentei em função de meus estudos; agradeço por todo amor e alegria.

“É preciso ter coragem, se essa for a opção profissional, de ser profissional de educação física é saber mais, muito mais sobre seus temas como a ginástica, os jogos, o esporte, as lutas, a dança, especialmente saber mais que a mídia, e romper as linguagens simplificadas, as chamadas culturas de massa acerca das atividades corporais”.
(Soares, 1995, p. 138).

“A pré – escola é um lugar que, pelo nome, deve preparar crianças para a escola. Reduzir seu papel a isso, no entanto, seria uma pena, pois a primeira infância é um período da vida onde se pode viver muito intensamente”.
(João Freire, 1997, p.16).

Resumo

A expansão da Educação Física no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando, por um lado a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias, aliado à sociedade estar mais consciente da importância das experiências vividas na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para a criança de 0 a 6 anos.

Esse campo educacional, na maioria das vezes, trabalha com atividades assistemáticas e não orientadas, onde os profissionais convivem com planejamentos e objetivos nem sempre claros e convergentes. Assim pode-se concluir que *"quanto menor o educando, menor o nível de qualificação exigido do profissional"* (Gallardo, 1998, p.55).

Ao se tratar da Educação Física em tais instituições notamos o mesmo descaso.

Diante de tal realidade decidi analisar a situação na qual se encontra a Educação Física nas EMEIs da cidade de Casa Branca / S.P.

O que se pretende com esse trabalho é realizar um estudo de caso, através de análise documental, com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Sumário

Introdução.....	07
Capítulo I – Análise Documental	
O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.....	9
I.1- Algumas características do RCN.....	10
1.2- Algumas considerações sobre Creches e Pré –Escolas.....	12
1.3- O professor de Ed. Infantil.....	13
1.4- Do educando ao Educar.....	15
1.5- A Ed. Física no RCN.....	17
Capítulo II – Ed. Física e sua importância na Ed. Infantil.....	24
II.1- A presença do professor de Ed.Física no Ensino Infantil....	29
Capítulo III – Metodologia.....	31
Capítulo IV – Resultados.....	37
Capítulo V – Conclusão.....	41
V.1-Algumas considerações.....	42
Referências Bibliográficas.....	44
Anexos.....	46

1. Introdução

Nos últimos anos o número de instituições públicas e particulares voltadas ao atendimento de crianças entre 0 e 6 anos de idade tem aumentado.

Esses campos educacionais, voltados à aprendizagem da criança em idade infantil, diferentemente do ensino formal, segundo Gallardo, 1998, p.55, apresenta e trabalha com atividades assistemáticas e não orientadas, onde os profissionais convivem com objetivos e planejamentos nem sempre claros e convergentes; sendo freqüentes esses profissionais apresentarem uma formação precária obtida em treinamentos de curta duração no próprio local de trabalho.

Nesse contexto pode-se concluir que *“quanto menor o educando, menor o nível de qualificação exigido do profissional”* (Gallardo, 1998, pp. 55).

Ao se tratar da Educação Física em tais instituições notamos o mesmo descaso, onde as atividades propostas, quando existentes, não seguem nenhum planejamento anterior. Os conhecimentos trazidos pelas próprias crianças sobre seus corpos, brincadeiras e atividades recreativas e a realidade das danças e músicas não são aproveitados nem incorporadas nas aulas.

Diante de tal realidade resolvi analisar a situação na qual se encontra a Educação Física nas Escolas Municipais Infantis de Casa Branca / SP (cidade na qual cresci e moro atualmente); se esta de acordo, se segue ou não o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Este trabalho tem como objetivo primordial analisar a situação atual da Educação Física desenvolvida nas Escolas Municipais Infantis da cidade de Casa Branca / SP, com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Estarei analisando se há coerência entre os objetivos e os conteúdos desenvolvidos nas Escolas Municipais de Casa Branca com as “metas de qualidade” apontadas pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (p.5, vol 1), em relação à Educação Física.

CAPÍTULO I - ANÁLISE DOCUMENTAL - O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando, por um lado a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias, e por outro lado, melhor conscientização da sociedade sobre a importância da experiência vivida na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para criança de 0 a 6 anos.

Diante desses fatores iniciou-se um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 à 6 anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creche e pré - escolas passou a ser um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, também destaca o direito da criança a este atendimento.

Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, promulgada em dezembro de 1996, estabeleceu de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 à 6 anos e a educação.

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art.29), objetivando o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade.

No título IV, que trata da organização da Educação Nacional, art. II, V, considera-se que: *“Os Municípios incumbir-se-ão de (...) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recurso acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”*.

Porém, reafirma, no art.9º, IV, que: *“A União incumbir-se-á de (...) estabelecer, em colaboração com o Estado, o Distrito Federal, o Município, competências e diretrizes para a educação infantil (...) que nortearão os currículos e seu conteúdo mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”*.

I.I-Algumas características do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

Este documento é formado por um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educacionais

de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, contribuindo no trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil, além de apoiar os sistemas de ensino estaduais e municipais.

As experiências oferecidas que podem contribuir para a formação de cidadãos, considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de 0 à 6 anos, devem basear-se nos seguintes princípios:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças (ver em anexos os Direitos Fundamentais da criança e do adolescente segundo o ECA), considerados em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à comunicação, ao pensamento, à interação social, à ética e à estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de propostas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades.

1.2-Algumas considerações sobre creches e pré-escolas

“O atendimento institucionalizado à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social” (p.17, vol.1, 1998) .Grande parte dessas instituições apareceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.O uso de creches e programas pré-escolares como meio para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais, precariedade de instalações, formação insuficiente de seus profissionais e a alta proporção de criança por adulto.

Assim, o atendimento era visto como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, não considerando as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

Modificar esse quadro de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas.

Polêmicas sobre cuidar e educar, sobre o afeto nas relações pedagógicas e sobre o educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento têm constituído, portanto, o panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas de educação infantil.

I.3-O Professor de Educação Infantil

Embora não haja informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos (MEC, SEF, COEDI, 1994) têm mostrado que muitos desses profissionais

não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições precárias.

Essa constatação foi acompanhada, nas últimas décadas, por debates a respeito das diferentes concepções sobre criança, educação, atendimento institucional e reordenamento legislativo os quais devem encaminhar à formação de um novo profissional para responder às demandas atuais de educação da criança de 0 à 6 anos. As funções deste profissional vêm passando, assim, por reformulações profundas, pois o que se espera deles há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais.

Em resposta a esse debate, a LDB dispõe, no título VI, art.62 que: *“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”* (vol. I, p 39, 1998).

Isto significa que as redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação permanente e em serviço de seus professores, aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vem trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade. Ao mesmo tempo, deverão criar condições de formação regular de seus profissionais, aumentando-lhes chances de acesso à carreira como professores de educação infantil.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma postura polivalente, ou seja, que trabalhe com conteúdos diversos abrangendo desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diferentes áreas do conhecimento. Este profissional, além de uma formação bastante ampla, deve tornar-se, também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática.

“é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional.”(vol 1, p.41, 1998)

I.4-Do educando ao educar

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças na faixa etária de 0 à 6 anos de idade oferecendo-lhes elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Deve-se oferecer às crianças condições para que as aprendizagens ocorram nas brincadeiras e em situações intencionais orientadas pelos adultos.

Portanto educar significa: *“propiciar condições de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação inter pessoal, de ser e estar*

com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural” (p.23, vol.1, 1998).

1.5-A Educação Física no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

Denominada por este referencial como Movimento, é toda como um meio de expressão de sentimentos, emoções e pensamentos.

Define movimento como: *“uma linguagem que permite às crianças agirem no meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo”* (p.15, vol.3, 1998), sendo mais do que um simples deslocamento do corpo no espaço.

Ressalta que ao brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos, as crianças se apropriam de repertório da cultura corporal na qual estão inseridas. Nesse sentido, as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social agradáveis, onde as crianças se sintam acolhidas e protegidas, seguras para arriscar e vencer desafios.” *Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhe possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem”*. (p. 15, vol. 3, 1998)

É muito comum que para atender a ordem e harmonia, algumas práticas educativas procurem simplesmente suprir o movimento, impondo às crianças de diferentes idades rígidas restrições posturais (por exemplo as filas, onde as crianças devem permanecer quietas, sem se mover).

Além de o objeto disciplinar basear-se na idéia de que o movimento impede a concentração e a atenção, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem.

De modo geral, as conseqüências dessa rigidez podem apontar tanto para o desenvolvimento de uma atitude de passividade nas crianças como para a instalação de um clima de hostilidade, em que o professor tenta, a todo custo, conter e controlar as manifestações motoras infantis.

O movimento para a criança significa muito mais do que mexer parte do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio de gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo. A dimensão corporal integra-se ao conjunto da criança. O ato motor faz-se presente em suas funções expressivas, instrumentais ou de sustentação às posturas e aos gestos.

É muito grande a influência que a cultura tem sobre o desenvolvimento da motricidade infantil. Assim, os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam, por seu lado, a cultura de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significativo. Devido à importância que educação motora assume na atividade da criança, é muito importante que, juntamente com o planejamento para trabalhar o movimento em suas várias dimensões, a instituição pense no espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária, incorporando os diferentes significados que lhe são atribuídos pelos familiares e pela comunidade.

É muito importante que o trabalho incorpore a expressividade e a mobilidade próprias às crianças. *“Compreender o caráter lúdico e expressivo das manifestações da motricidade infantil poderá ajudar o professor a organizar melhor a sua prática, levando em conta as necessidades das crianças”*. (p.19, vol.3, 1998)

Este Referencial aponta como principais objetivos da educação física para crianças de 0 à 6 anos:

-familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;

-explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;

-deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;

-explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.

E aponta para as crianças de 4 à 6 anos:

-ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;

-explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo;

-controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;

-utilizar o movimento de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;

-apropriar-se gradativamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Quanto aos conteúdos, esses deverão priorizar o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento, possibilitando a apropriação corporal pelas crianças de forma que elas possam agir com cada vez mais intencionalidade. Devem ser organizados num processo contínuo e integrado, que envolva múltiplas experiências corporais, possíveis de serem realizadas pelas crianças sozinhas ou em situação de interação. Os diferentes espaços e materiais, os diversos repertórios da cultura corporal expressos em brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas e outras práticas sociais são algumas das condições necessárias para que esse processo ocorra.

Divide o conteúdo em dois blocos, o das possibilidades expressivas do movimento e o do caráter instrumental do movimento.

Quanto a expressividade, para as crianças de 0 à 3 anos de idade as atividades devem levar ao:

-reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração, das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros;

-expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral.

E para as crianças de 4 à 6 anos:

-utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras;

-percepção de estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros meios;

-valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança;

-percepção das sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.

Quanto ao caráter instrumental do movimento ressalta o equilíbrio e a coordenação.

“As instituições devem assegurar e valorizar, em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e do equilíbrio das crianças”. (pp. 35, vol. 3, 1998)

Indica para as crianças de 0 à 3 anos:

-exploração de diferentes posturas corporais, como sentar-se em diferentes inclinações, deitar-se em diferentes

posições, ficar ereto e ficar apoiado na planta dos pés com e sem ajuda etc.

-ampliação progressiva para deslocar-se no espaço por meio da possibilidade constante de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar etc.

-aperfeiçoamento dos gestos relacionados com a preensão, o encaixe, o traçado no desenho, o lançamento etc., por meio experimentações e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.

E para as crianças de 4 à 6 anos:

-participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento;

-utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa;

-valorização de suas conquistas corporais;

-manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Finaliza com algumas orientações didáticas, valorizando a importância em possibilitar diferentes movimentos que aparecem em atividades como lutar, dançar, subir e descer de árvores ou obstáculos, jogar bola, rodar bambolê etc. Essas experiências devem ser oferecidas sempre, com o cuidado de enquadrar as crianças em modelos estereotipados.

É muito importante que o professor perceba os diferentes significados que podem ter a atividade motora para a criança, isso poderá contribuir para que ela possa ajudá-las a ter uma percepção adequada de seus recursos corporais, de suas possibilidades e limitações sempre em transformação, dando-lhes condições de se expressarem com liberdade e de aperfeiçoarem suas competências motoras.

CAPÍTULO II - Educação Física e sua importância na Educação Infantil

“... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção...” (Paulo Freire, 2000, p. 52)

Segundo o Grupo de Trabalho Pedagógico UFPe – UFSM, em *Visão Didática da Educação Física*, 1991, quando a aula de educação física foi introduzida como matéria obrigatória nas escolas brasileiras, há mais de 120 anos, seu principal objetivo era o de educar para a disciplina e obediência, preparando as pessoas para o serviço militar. Hoje em dia sua principal tarefa é introduzir os alunos nos modelos socialmente dominantes do esporte e qualificar os indivíduos para participar dos contextos específicos de ação e normas do esporte. Rendimento e competição possuem uma dimensão objetiva, sendo enfatizadas as normas e valores do esporte no cotidiano das escolas.

Mas em meados dos anos 90, uma nova maneira de pensar sobre a Educação Física começou a estruturar-se. Essa concepção baseava-se em estudar *“as influências*

que o meio físico e social tem sobre o desenvolvimento humano“ (Gallardo, 1998, p.23).

Essa abordagem sociocultural da Educação Física procura fornecer uma visão crítica da realidade, permitindo a todos entenderem seus papéis na sociedade em que vivem. Por isso todos os aspectos relacionados à cultura corporal e os componentes lúdicos historicamente presentes eram indispensáveis. Portanto a especificidade da Educação Física era o movimento corporal integrado numa dada cultura.

Assim,

“A educação motora na escola deve, portanto, dar conta não só da pluralidade de formas de cultura corporal humana (jogos, danças, esportes, formas de ginástica e lutas), como também da expressão diferencial dessa cultura nas suas aulas”.

(Daolio, p.67, apud

De Marco, 1992).

A bagagem cultural, ou seja, todas as experiências vividas, não devem de modo algum ser ignorada, mas trazidas e aproveitadas nas aulas.

No entanto, é necessário que se coloque a importância das Ciências Biológicas e da Psicologia nessa abordagem, pois é de grande valia a compreensão

do funcionamento do corpo humano e de sua aprendizagem referente às habilidades motoras.

Os movimentos realizados dependem tanto de recursos biológicos e psicológicos das pessoas, quanto das condições que o meio ambiente em que elas vivem oferece.

Nesse sentido, a Educação Física Escolar vem atuando na aprendizagem de viver em sociedade, e na necessidade de internalizar os elementos da cultura corporal, os quais são relevantes para possibilitar a transformação da criança e de seu meio.

Podemos definir Educação Física, como: *“uma prática social que trata de um dado conhecimento que se enraíza na atividade humana numa área que pode ser denominada de cultura corporal. Em sua história na cultura ocidental moderna, a educação física tematizou atividades corporais específicas como a ginástica, a dança, o jogo, o esporte, as lutas, buscando assim apreender a expressão corporal como linguagem”* (Soares, p. 136, apud De Marco, 1995).

Devemos procurar sempre entender a Educação Física Escolar como um espaço de aprendizagem, partindo sempre de movimentos e situações que foram interiorizados posteriormente; de vivência do lazer; de troca recíproca (professor-aluno); da comunicação entre os alunos e desses com o professor; da cultura, respeitando o meio cultural em que os alunos se

encontram e se desenvolveram; da criticidade e de todos os requisitos essenciais para vivermos historicamente situados. Ela tem um valor inestimável, pois oferece à criança a oportunidade de vivenciar diferentes formas de organização, da criação de normas e formas de realizar tarefas e atividades, de descobrir maneiras variadas de cooperação e participação nas mais diversas situações, possibilitando a transformação da criança e de seu meio.

Uma representação das formas de interiorização do mundo pela criança mostra que, nos dois primeiros anos de vida, as atividades motoras e sensoriais desempenham papel fundamental na formação da imagem corporal e na definição da própria identidade psicosexual da criança. Uma maior ou menor mobilidade, flexibilidade, agilidade ou autonomia corporal dependem, em grande parte, da quantidade e da qualidade de experiências motoras com as quais as crianças se deparam no dia-a-dia.

Na faixa etária de 2 - 4 anos de idade a criança encontra-se na fase dos movimentos fundamentais¹. Nessa fase a criança desenvolve uma intensa atividade exploratória, por isso, a quantidade e a qualidade das ações motoras possibilitadas pelo professor, são muito importantes para que ela desenvolva consciência de seu corpo e de sua posição no mundo.

Entre 4 - 6 anos de idade as crianças apresentam um melhor domínio corporal, que lhes permite intensa

exploração, descoberta de outros movimentos e diversificação das habilidades motoras adquiridas; preocupam-se com a forma de execução de seus movimentos. Os aspectos a serem considerados são: aquisição das habilidades fundamentais e ampliação da independência e da autonomia motoras.

Na faixa dos 4 - 5 anos de idade, as crianças encontram-se no estágio elementar de execução dos movimentos fundamentais, onde ocorre a descoberta de novas formas de utilizar as habilidades motoras. Através de atividades lúdicas começam a organizar suas relações emocionais; conhecem melhor seu corpo e suas possibilidades; e, ao mesmo tempo, compreendem os limites definidos pelos colegas ou pelo adulto.

Ao chegar aos 5 - 6 anos de idade, a criança atinge um estágio mais maduro de execução das ações motoras, ou seja, é o momento que os movimentos constroem significado. Aqui, as crianças desenvolvem noção de tempo, espaço, simultaneidade, ritmo, cooperação, interação grupai etc.

Quando ensinada e estimulada, a criança é capaz de fazer o que lhe for pedido, desde que a atividade seja significativa para ela naquele momento.

Sempre com o propósito de instigar a consciência crítica, de desenvolver a autonomia e responsabilidade nas crianças, o professor deve planejar atividades em que

¹ As fases de desenvolvimento apresentadas neste trabalho seguem a divisão proposta por Gallardo (1998).

elas próprias constroem as regras. Assim, estará possibilitando o fortalecimento de valores associados ao respeito às normas do grupo e às diferenças individuais, à autocrítica e à justiça, à curiosidade e à criatividade para propor novas alternativas e soluções aos desafios surgidos.

Considerando esse propósito de autonomia, a brincadeira, o jogo e a atividade pré-desportiva tornam-se meios de construção do conhecimento sobre a cultura corporal, a utilização do tempo e do espaço, o relacionamento interpessoal, a integração de áreas curriculares, enfim, sobre o fortalecimento e a estruturação da própria identidade.

II.1-A presença do professor de Educação Física no Ensino Infantil

┌ O profissional de Educação Física trabalha com uma atividade que se diferencia de outras atividades humanas uma vez que, para esse profissional, a vivência do conhecimento é fator determinante do aprendizado e da própria elaboração do conhecimento tratado.

Os conteúdos clássicos da Educação Física são: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e as lutas. Mas não basta que esses conteúdos sejam apenas ensinados, ainda

que bem ensinados é preciso que se ligue de forma indissociável a sua significação humana e social.

Outro fator importante está na seleção do conteúdo; é de grande necessidade a organização e a sistematização dos fundamentos em princípios metodológicos, ligados à forma como serão tratados no currículo, bem como a lógica com que serão apresentados aos alunos.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso, com análise documental.

Estudo de caso é:

“Uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que controlam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora”

(Chizzotti, 1995, p. 102)

O caso é tomado como unidade significativa de todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referências complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presente em uma dada situação.

O desenvolvimento do estudo de caso supõe três fases:

- Seleção e delimitação do caso – a delimitação deve precisar os aspectos e os limites do trabalho a fim de reunir informações sobre um campo específico e fazer análises sobre objetos definidos a partir dos quais se possa compreender uma determinada situação.
- O trabalho de campo – visa reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações; sendo esta documentada através de qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada.
- Organização e redação do relatório – os documentos devem ser reduzidos segundo critérios pré-definidos a fim de que se constituam em dados que comprovem as descrições e as análises do caso. Seu objetivo é apresentar as variáveis que envolvem um problema, mostrar sua relevância, situá-lo no contexto em que acontece e indicar as possibilidades de ação para modificá-lo.

Comumente a análise documental é definida como “*um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação*”. (Ribeiro & Cunha, 1990, p. 59)

Para a realização desse trabalho foram selecionadas duas EMEIs de Casa Branca, a EMEI “Prof. Ganymedes José Santos de Oliveira” e “Prof. Stela Stefanini Bacci”. Para essa

seleção utilizei-me de fatores sócio-econômicos e de importância municipal em relação ao número de crianças atendidas; a primeira localiza-se no centro da cidade e atende a população de classe social mais favorecida da cidade, sendo que a segunda situa-se no Parque São Paulo, um bairro de classe médio-baixa e baixa da cidade.

Foram aplicados questionários os quais foram entregues para serem respondidos em casa e recolhidos alguns dias depois; destinados às diretoras e professoras de cada uma das duas escolas, de visitas para a coleta de dados e análise dos planejamentos educacionais de cada professora.

Descrição das EMEIs

- "Prof. Stela Stefanini Bacci"

Apresenta um total de 174 crianças, sendo que 56 delas estão na faixa de 4 anos, 57 na faixa de 5 anos e 61 na faixa de 6 anos. Divide-se em 7 classes que contam com 11 professoras (4 classes de período integral com 8 professoras, 4 no período da manhã e 4 no período da tarde; 2 classes no período da manhã com 2 professoras, uma em cada período e 1 classe no período da tarde com 1 professora).

Quanto ao espaço físico, a escola possui:

- 1 sala de TV e vídeo (com 1 televisão e 1 vídeo)
- 1 refeitório
- 1 biblioteca
- 1 sala de apoio (utilizada para o descanso dos alunos, com vários colchões)
- 2 parques (os dois com areia)
 - *com 4 balanças e 2 túneis de cimento
 - *com 2 trepa-trepas – um de madeira e um de metal-
- , 3 balanças de pneus, 2 escorregadores de madeira e uma grande área gramada em volta.
- 1 vestiário de professoras
- cada sala de aula possui um banheiro adaptado com 1 chuveiro e 2 peças sanitárias.

- “Prof. Ganymedes José Santos de Oliveira”

Apresenta um total de 299 crianças, sendo que 67 delas estão na faixa dos 4 anos, 130 na faixa dos 5 anos e 102 na faixa dos 6 anos. Divide-se em 10 classes que contam com 10 professoras (5 classes no período da manhã com um professora por sala e 5 classes no período da tarde com uma professora por sala).

Quanto ao espaço físico, a escola possui:

- 1 quadra de cimento grande descoberta
- 1 barracão coberto com um mini palco
- 2 banheiros infantis (1feminino e 1 masculino) adaptados e com chuveiro
- 5 bancos de madeira (ficam no barracão)
- 1 parque com areia, 3 balanças, 2 gangorras, 2 escorregadores, alguns pneus parcialmente enterrados
- 1 cozinha
- 1 vestiário de professoras.

Não existe um Projeto Pedagógico elaborado pela Secretaria de Educação a ser acompanhado. Na EMEI “Prof. Stella Stefanini Bacci” o projeto pedagógico é elaborado pela própria unidade, havendo reuniões semanais com duração de 1 hora e 40 minutos para discussão sobre o andamento desse projeto. Já na EMEI “Ganymedes José” não há um projeto pedagógico a ser acompanhado, as professoras são responsáveis pela organização e elaboração de seu planejamento.

Quanto ao nível de escolaridade, das 11 professoras da EMEI “Prof. Stella Stefanini Bacci”, 4 delas apresentam apenas o 2º grau (formadas pelo CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) e 7 delas possuem ensino superior, sendo que 2 são formadas em direito pela FEOB (Fundação de Ensino Otávio Bastos – localizada em São João da Boa Vista), 4 são formadas em pedagogia pela FFCL (Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras – localizada em São José do Rio Pardo) e 1 formada em ambas as faculdades citadas. Das 10 professoras da EMEI “Ganymedes José”, 3 delas apresentam apenas o 2º grau (também formadas pelo CEFAM) e 7 professoras possuem ensino superior, sendo que 2 delas são formadas em direito pela FEOB e 5 delas são formadas em pedagogia pela FFCL.

Em ambas as EMEIs não há material disponível na escola para as aulas de educação física; as professoras ficam responsáveis em trazer o que forem usar. As aulas de educação física são desenvolvidas pelas próprias professoras, ou seja, não há professor de Educação Física nas escolas.

CAPÍTULO IV - Resultados

Como não há um planejamento em Educação Física para as EMEIs a ser seguido pela Secretaria de Educação ou pelas Coordenadoras Pedagógicas, cada professora fica sendo responsável pelos conteúdos a serem desenvolvidos com as crianças e pelos objetivos a serem alcançados por esses.

Gostaria de deixar claro que neste trabalho proponho-me a analisar e a descrever a situação na qual se encontra a Educação Física na Educação Infantil no município de Casa Branca tendo como base de comparação o Referencial Curricular Nacional do ano de 1998, sem analisar o mesmo.

Segundo o Referencial Curricular Nacional os principais objetivos da Educação Física são:

- Conhecimento de seu próprio corpo, de seus limites e potencialidades, aumentando e aperfeiçoando gradualmente o controle de seus próprios movimentos.

- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento.

Para que esses objetivos se atinjam é necessária a utilização de gestos e ritmos corporais variados durante as brincadeiras, danças, jogos e demais situações de aula; ampliar as possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.

- Ressalta ainda a importância de se incorporar nas aulas à expressividade e a mobilidade própria das

crianças, apropriar-se do universo infantil, de suas brincadeiras, para o maior envolvimento das crianças e para que o movimento seja aprendido e significativo.

As EMEIs constatarem como objetivo das aulas de movimento os seguintes tópicos:

- Socialização – entre os próprios alunos e desses com a professora
- Ampliação da capacidade de expressão
- Desenvolvimento da coordenação motora geral
- Conhecimento corporal

No Referencial Curricular Nacional os conteúdos “*devem ser organizados num processo contínuo e integrado que envolva múltiplas experiências corporais*” (pp. 29, vol. 3); ou seja, as aulas devem ser desenvolvidas com temas o mais variados possível, sendo que haja uma seqüência pedagógica entre uma aula e outra, que as aulas sejam ligadas entre si. Devem ser trabalhados explorando os mais diversos repertórios da cultura corporal presentes em brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas e outras práticas sociais, nos mais variados espaços físicos e diferentes materiais.

A expressividade corporal é um tema tratado com muita relevância neste Referencial. Cita a dança como meio para desenvolvê-la, porém “*a aprendizagem da dança pelas*

crianças não pode estar determinada pela marcação e definição de coreografia pelos adultos” (p. 30, vol. 3, RCN)

Outro meio para desenvolver a expressividade corporal citada seria o reconhecimento progressivo do próprio corpo através de sua exploração, brincadeiras, uso de espelhos e a interação com os colegas.

Outro tema relevante seria o equilíbrio e a coordenação, que podem ser trabalhados através da exploração de diferentes posturas corporais, variar a maneira de deslocar-se no espaço (arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar etc); manipulação de materiais, objetos e brinquedos os mais diversos possíveis; utilização de recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras; ampliação gradual do conhecimento e controle de seu corpo e de seus movimentos.

Os conteúdos desenvolvidos pelas professoras das EMEIs são os seguintes:

- O corpo – desenvolvimento do esquema corporal, analisando e diferenciando suas características físicas e os diversos seguimentos corporais. Ainda em relação ao corpo desenvolvem trabalhos com os órgãos do sentido.

- Desenvolvimento da coordenação motora geral, através de jogos que envolvam correr, subir, descer, movimentar-se em ritmos variados.

- Desenvolvimento sócio-cultural e socialização.

- Atividades desenvolvidas mediante as datas comemorativas (carnaval, festa junina, folclore etc, através de músicas, brincadeiras e danças coreografadas).

- Manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos (jogos de encaixe, recortes manuais, argila e massa de modelar, empilhar).

Conclusão

Quanto aos objetivos, as EMEIs seguem grande parte dos tópicos apontados pelo Referencial em questão (no que diz respeito ao conhecimento corporal e controle de seus próprios movimentos, manuseio de diferentes materiais e objetos, utilização de brincadeiras, jogos e danças variados durante as aulas). Mas fica falho quanto à incorporação nas aulas da expressividade e mobilidade próprias das crianças, da apropriação do universo infantil e de suas brincadeiras.

No que diz respeito aos conteúdos, as EMEIs desenvolvem alguns dos tópicos levantados pelo Referencial. O conhecimento progressivo do próprio corpo e a utilização de danças e música como forma de desenvolvimento da expressão corporal, ficando em aberto as atividades que envolvem as danças, pois não fica claro se as crianças são estimuladas ou se são submetidas apenas a coreografias prontas. O equilíbrio e a coordenação também são estimulados através de deslocamento no espaço, de manipulação de materiais diversos e ampliação gradual de controle e conhecimento corporal e seus movimentos. Mas deixa a desejar quanto à organização seqüencial das aulas, à seqüência pedagógica entre as aulas e à ligação de conteúdos entre uma aula e outra. Fica claro que não há um

planejamento e que os temas de aula são escolhidos aleatoriamente e não são ligados entre si.

VI.1-Algumas considerações:

O mais importante em creches e pré-escolas é o meio ambiente. Ele deve ser descontraído, amoroso, estimulante, que se reconheça criança como criança e ofereçam todos os estímulos necessários para o seu desenvolvimento integral; estímulos estes variados e qualificados.

As atividades de fundo familiar, ou seja, a história de vida das crianças, devem ser as principais fontes de recursos, dando aos alunos antes de tudo um significado afetivo.

O principal objetivo da pré-escola é tentar fazer com que a criança consiga autonomia e independência do adulto em todas as funções básicas que são importantes para se viver em sociedade (alimentar-se, banhar-se, vestir-se, locomover-se entre outras). É através das atividades do cotidiano e próprias das crianças que as características de desenvolvimento são atingidas.

O mais importante para o desenvolvimento das crianças é o meio ambiente agradável para cada uma das

atividades, dado que tudo que aprendem segue um critério de valor. Se julgar positivo o aprendizado será relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil - Referencial Curricular Nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF, vol.1, 1998.

Brasil - Referencial Curricular Nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF, vol.2, 1998.

Brasil - Referencial Curricular Nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF, vol.3, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1992.

DE MARCO, Ademir. Pensando a Educação Motora. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

★ FREIRE, João Batista Freire. Educação de corpo inteiro: Teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 4 edição, 1997.

GALLARDO, J et al., Didática de Educação Física: a criança em movimento: jogo prazer e transformação. São Paulo: FTD, 1998.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO UFPe – UFSM. Visão Didática da Educação Física: Análises críticas e exemplos práticos de aulas. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

RIBEIRO, Izabel & CUNHA, Ferin. Do mito à análise documentária. São Paulo: Edusp, 1990.

A N E X O S

QUESTIONÁRIO

1- Identificação Pessoal

Nome:.....

Sexo: F () M () Estado civil:

.....
Filiação:
.....

2- Dados profissionais

Formação: 2 grau () 3 grau () Ano de conclusão:

.....
Local:
.....

Tempo de experiência profissional:
.....

Trabalhos anteriores:
.....

Cursos Realizados (reciclagem):
.....

3- Exercícios profissionais

Planejamento das aulas:

Opções: () semanal () mensal () bimestral ()
semestral

() anual

Autores de Base Pedagógica:
.....

Há Projeto Pedagógico a ser acompanhado? () sim () não
Caso exista, é elaborada pela secretaria ou cada unidade
determina o seu próprio Projeto?
.....

.....
Há periodicidade? (Reuniões do HTP) Quando? Que carga
horária?
.....
.....

O que orienta as atividades motoras?

.....
.....
.....

Quais os objetivos dessas aulas?

.....
.....
.....

Coleta de dados

I-Total de crianças por faixa etária

4 anos:.....

5 anos:.....

6 anos:.....

II-Total de crianças na Escola de Educação Infantil:

.....

III- Número de classes:

.....

IV- Número de professoras

Período matutino:

Período vespertino:

V- Há professor de Educação Física?

.....

VI- Há quanto tempo revigora este processo atual?

.....

Observações:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Título II – Dos Direitos Fundamentais:

Capítulo I – Do direito à vida e à saúde;

Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;

Capítulo III – Do direito à convivência familiar e comunitária;

Capítulo IV – Do direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

Capítulo V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho.



Foto do barracão coberto mais mini teatro da EMEI “Ganymedes José”



Foto do Parque da EMEI “Ganymedes José”

Foto do parque da EMEI “Stella Stefanini Bassi”

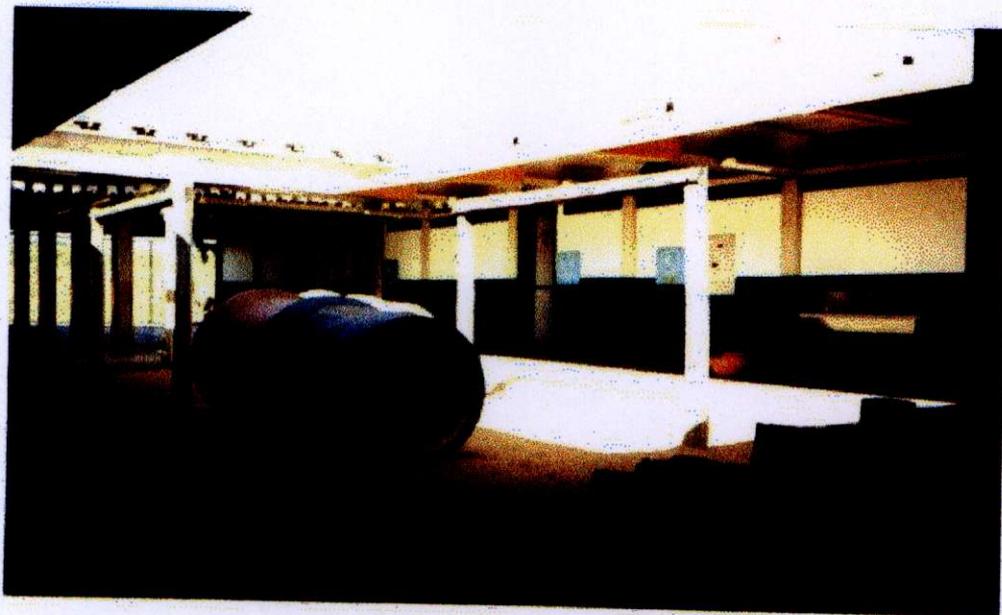


Foto do parque 1 da EMEI "Stella Stefanini Bacci"

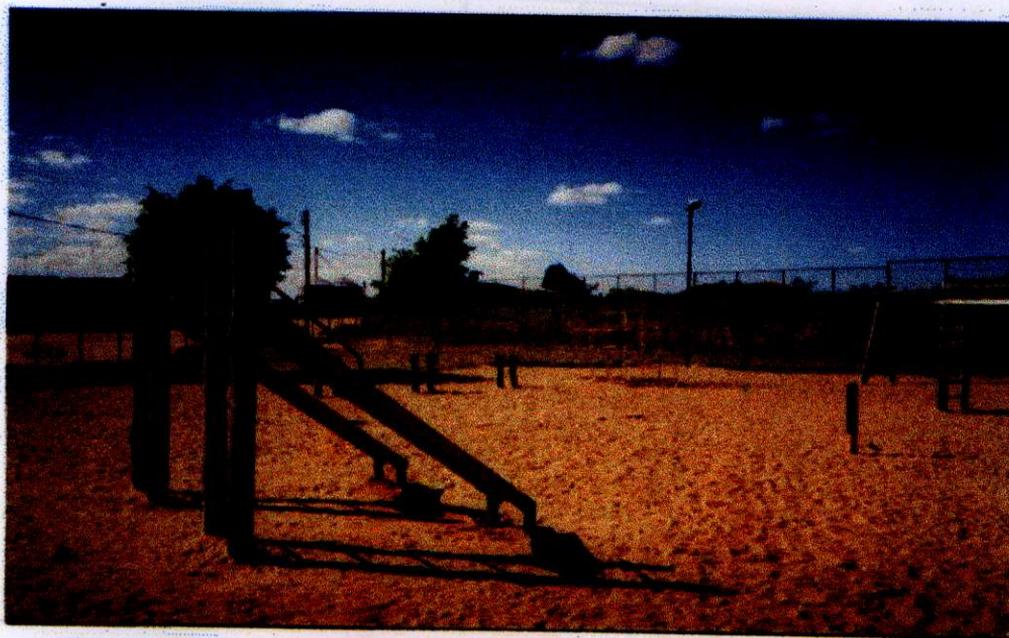


Foto do parque 2 da EMEI "Stella Stefanini Bacci"